O IMPACTO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO CENTRADO NO MUNICÍPIO DE MARCAÇÃO-PB

Yara Pereira de Oliveira[1]
Orientador do Trabalho: Professor Drº Paulo César Geglio[2]

1. INTRODUÇÃO

A avaliação educacional em larga escala consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais eixos norteadores das políticas públicas de educação básica no Brasil. Instrumentos como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o seu principal indicador síntese, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), somados às plataformas regionais de monitoramento como as desenvolvidas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), têm pautado a alocação de recursos, a formulação de metas governamentais e a reestruturação curricular das redes de ensino.

Este estudo investiga a influência dessas avaliações nacionais e seus indicadores na formulação e gestão de políticas públicas educacionais nas escolas indígenas do município de Marcação, Paraíba — território de grande relevância demográfica e cultural por abrigar uma expressiva população pertencente ao povo Potiguara.

O problema central da investigação reside no potencial conflito entre métricas de avaliação padronizadas em nível nacional e as especificidades culturais, linguísticas, sociais e pedagógicas dos povos originários. Questiona-se até que ponto a imposição de instrumentos universais e homogêneos promove a equidade e o direito à aprendizagem ou, inversamente, atua no aprofundamento do

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação – PPGAVE Email: yarasnifiii17@gmail.com
[2] Professor orientador: Doutor em Educação, Universidade Federal da Paraíba - UFPB; pgeglio@yahoo.com.br

fracasso escolar e na estigmatização de contextos diferenciados por desconsiderar as matrizes de saber próprias da educação indígena.

O objetivo geral do artigo é analisar o impacto e as reinterpretações dos resultados dessas avaliações no planejamento e na gestão das políticas públicas educacionais locais. O referencial teórico-metodológico de sustentação ancora-se na análise crítica das políticas de avaliação e financiamento da educação básica, articulando as contribuições da gestão democrática, da autonomia pedagógica e da etno-educação.

A metodologia caracteriza-se como um estudo de caso de abordagem qualitativa, estruturado em três etapas inter-relacionadas: (1) pesquisa bibliográfica sobre avaliações em larga escala e educação indígena; (2) análise documental dos índices oficiais (Saeb/Ideb e CAEd) e dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas; e (3) pesquisa de campo mediante entrevistas semiestruturadas com gestores educacionais, professores e representantes das comunidades locais.

Por se tratar de um estudo em andamento, os resultados esperados pretendem evidenciar as lacunas e distâncias existentes entre as exigências dos testes padronizados e a realidade sociocultural do território Potiguara, propondo reflexões urgentes sobre a necessidade de políticas educacionais e mecanismos de financiamento sensíveis à etnicidade. Como desdobramento do estudo e produto final, almeja-se a elaboração de um manual de orientação técnica e pedagógica para gestores e educadores, visando subsidiar a tomada de decisões estratégicas que fortaleçam a autonomia pedagógica das comunidades originárias frente aos indicadores nacionais de desempenho, promovendo a articulação entre as exigências formais do Estado e a preservação do patrimônio cultural e identitário do povo Potiguara.

Palavras-chave: Educação escolar indígena. Avaliações Nacionais. Políticas Públicas. Gestão. Marcação-PB.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Avaliações em larga escala e a homogeneização do saber

A disseminação de testes padronizados reflete tendências globais de reforma educacional orientadas pela mensuração de resultados e accountability. Conforme aponta Sousa (2015), as avaliações em larga escala têm assumido posição central no

direcionamento das políticas curriculares e de gestão, muitas vezes reduzindo a complexidade do trabalho pedagógico a escores quantitativos. Luckesi (2011) adverte para o risco de converter a avaliação — originalmente um instrumento de diagnóstico para a emancipação — em uma ferramenta de classificação e exclusão.

Ao projetar modelos únicos de prova e expectativas de aprendizagem estandardizadas, desconsideram-se as assimetrias históricas e socioeconômicas dos territórios. Algebaile (2009) problematiza os limites dessas abordagens para a escola pública, ressaltando que políticas orientadas prioritariamente por metas numéricas tendem a aprofundar desigualdades veladas em vez de extingui-las.

2.2 Educação escolar indígena: especificidade, interculturalidade e etno-educação

A Constituição Federal de 1988 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (Brasil, 2012) asseguram às populações originárias o direito a uma educação diferenciada, bilíngue/multilíngue, comunitária e intercultural. A garantia de autonomia para a elaboração de propostas pedagógicas específicas impõe o reconhecimento de saberes tradicionais, ritmos próprios de aprendizagem e formas particulares de organização territorial e social.

Entretanto, as métricas do Saeb e do Ideb contrastam com esses parâmetros normativos ao cobrar conhecimentos descontextualizados das vivências indígenas. Sob a perspectiva da ecologia de saberes formulada por Santos (2018), a hegemonia dos diagnósticos padronizados pode caracterizar um silenciamento das epistemologias locais em prol de um conhecimento universalizante. Freire (1996) defende que a prática educativa emancipatória deve pautar-se no respeito ao saber do educando e no diálogo sociocultural, preceito fundamental para a consolidação de uma etno-educação libertadora.

2.3 Gestão democrática e autonomia pedagógica

Frente às pressões impostas pelos órgãos governamentais de controle e pelos financiamentos atrelados aos índices de desempenho, a gestão escolar encontra-se em constante tensão. Saviani (2018) e Banchero e Dourado (2018) salientam que a gestão democrática constitui um pilar essencial para contrapor dinâmicas de centralização e burocratização das diretrizes escolares.

A autonomia do Projeto Político-Pedagógico (PPP) figura como mecanismo decisivo de resistência e mediação, permitindo que a comunidade escolar interprete e ressignifique os dados quantitativos fornecidos por avaliações externas sem abdicar de seus valores identitários e comunitários.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso, focada nas escolas indígenas da rede municipal e estadual

localizadas no município de Marcação-PB. O percurso metodológico organiza-se em três etapas inter-relacionadas e complementares, conforme detalhado a seguir.

3.1 Etapas do estudo

1. **Pesquisa Bibliográfica:** Revisão de literatura fundamentada em produções científicas e marcos teóricos relativos à política educacional, avaliação de larga escala, etno-educação e gestão democrática.
2. **Análise Documental:** Coleta e exame sistemático de dados secundários quantitativos referentes aos ciclos do Saeb/Ideb e das plataformas do CAEd pertinentes às escolas de Marcação-PB.
3. **Pesquisa de Campo:** Realização de entrevistas semiestruturadas com gestores educacionais municipais, diretores de escolas indígenas, lideranças comunitárias e professores do povo Potiguara.
4. **3.2 Alinhamento metodológico**

TABELA 1. Tabela de Alinhamento Metodológico

TABELA 1. Tabela de Alinhamento Metodológico

Etapa	Objetivo Específico	Fonte de Dados / Sujeitos	Técnica de Coleta / Análise
1. Fundamentação Teórica	Mapear referenciais sobre avaliações padronizadas, gestão e educação indígena.	Literatura especializada (livros, artigos, teses).	Análise bibliográfica e sintética temática.
2. Análise Documental	Analisar os índices históricos (Saeb/Ideb/CAEd) e as propostas dos PPPs locais.	Microdados do Inep, relatórios do CAEd e PPPs das escolas de Marcação-PB.	Análise documental e tabulação de indicadores.
3. Pesquisa de Campo	Apreender a percepção de gestores e educadores indígenas sobre os impactos dos testes.	Gestores da SEMED, diretores, professores e lideranças Potiguara.	Entrevistas semiestruturadas e Análise de Conteúdo.
4. Elaboração do Produto	Sistematizar subsídios práticos para a gestão pública e autonomia comunitária.	Diagnóstico integrado das etapas bibliográfica, documental e de campo.	Redação e validação de um manual orientador.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO (ESTUDO EM ANDAMENTO)

Por tratar-se de uma **pesquisa em andamento**, os resultados apresentados correspondem às análises preliminares das etapas bibliográfica e documental, integradas às hipóteses analíticas suscitadas no início do mapeamento de campo no território Potiguara de Marcação-PB.

4.1 Lacunas entre testes padronizados e a realidade sociocultural Potiguara

Os primeiros levantamentos documentais indicam que o desempenho registrado pelo Saeb e pelo Ideb nas escolas de Marcação muitas vezes expressa índices inferiores às médias estaduais ou nacionais. Contudo, essa constatação quantitativa esconde distorções metodológicas graves. As avaliações externas adotam itens formulados sob o prisma de uma cultura urbana e ocidentalizada, empregando construções linguísticas e contextos contextualmente distantes da rotina, tradições e modos de vida das aldeias indígenas.

As propostas pedagógicas analisadas (PPPs) valorizam a oralidade, a vivência com o meio ambiente e o fortalecimento do patrimônio cultural Potiguara. Tais dimensões, fundamentais para a formação cívica e identitária do estudante originário, são invisibilizadas nas matrizes de referência de Língua Portuguesa e Matemática do Saeb.

4.2 Usos e tensões dos dados na gestão educacional local

As observações preliminares apontam para a existência de um duplo constrangimento vivenciado pelos gestores escolares e pela Secretaria Municipal de Educação:

- /**Pressão institucional por metas:** Necessidade de cumprir os padrões exigidos pelas esferas federal e estadual para garantir repasses, prêmios e cumprimentos de metas do plano de ações articuladas.
- **Compromisso com a especificidade cultural:** Desejo de assegurar que o currículo não seja reduzido a um treinamento para exames do tipo Saeb ou avaliações do CAEd.

Essa dualidade gera um "tensionamento de apropriação": os dados quantitativos são frequentemente percebidos mais como um elemento de cobrança externa do que como um diagnóstico formativo a serviço da melhoria real do ensino-aprendizagem.

4.3 Perspectivas para o produto final: Manual de Orientação Técnica e Pedagógica

Diante do cenário diagnosticado, a pesquisa delineou como produto prático a construção de um **Manual de Orientação para Gestores e Educadores**. A ser desenvolvido nas fases subsequentes da pesquisa, o manual terá por objetivos:

- Auxiliar no letramento de dados, permitindo que educadores interpretem os relatórios do Saeb/CAEd sem tomar os resultados como verdades absolutas sobre a capacidade dos alunos.
- Oferecer diretrizes para a reestruturação e fortalecimento dos PPPs, assegurando o alinhamento curricular às Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Indígena.

- Propor estratégias de avaliação qualitativa complementar, capazes de aferir saberes tradicionais, projetos comunitários e processos identitários não mensuráveis por testes de múltipla escolha.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente estudo em andamento reafirma a necessidade urgente de problematizar o papel das métricas padronizadas em contextos de diversidade étnica e cultural. A busca pela qualidade da educação básica no Brasil não deve ser pautada pela imposição de uma homogeneização curricular e avaliativa que anule as especificidades dos povos originários.

As análises preliminares no município de Marcação-PB sugerem que o uso acrítico dos indicadores de larga escala corre o risco de aprofundar diagnósticos equivocados de insucesso escolar, gerando rotulações indevidas em relação ao trabalho das escolas indígenas.

Destaca-se, portanto, a relevância de consolidar a etapa de campo e estruturar o manual orientador proposto, fornecendo às lideranças e aos profissionais da educação do território Potiguara subsídios práticos para converter dados formais em ferramentas pedagógicas de fortalecimento da autonomia comunitária e de afirmação identitária.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILE, Eveline. **Escola pública e emancipação social**: limites e possibilidades das políticas de avaliação. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a emancipação social**: para novos manifestos. Coimbra: CES, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação em larga escala e gestão da educação básica: tensões e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 61, p. 305-328, 2015